

PROJETO DE LEI Nº , DE 2017

(Do Sr. CABO SABINO)

Altera os arts. 66, 67, 68, 69 e 69-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, aumentando as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei tem por finalidade aumentar as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Art. 2º Os arts. 66, 67, 68 e 69-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 66. Fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental;

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

Art. 67. Conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizativo do Poder Público;

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime é culposo, a pena é de detenção de um a três anos, sem prejuízo da multa.

Art. 68. Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de relevante interesse ambiental.

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Art. 69. Obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais.

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.

Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão.

Pena - reclusão, de 3 (três) a 12 (doze) anos, e multa

§ 1º Se o crime é culposo.

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa

§ 2º A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se for configurado dano significativo ao meio ambiente,

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O princípio do desenvolvimento sustentável se consolidou pela necessidade de se equilibrar a equação entre os fatores “crescimento econômico” e “conservação ambiental”. O Estado brasileiro tem exercido este princípio tanto na esfera administrativa, seja no exercício de seu poder de polícia ou nas ações governamentais de fomento a práticas sustentáveis, quanto na atividade jurisdicional.

O licenciamento ambiental é exemplo típico dessa aplicação, tratando-se de procedimento por meio do qual a Administração Pública permite ao administrado desenvolver atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, necessárias ao desenvolvimento socioeconômico, sem, contudo, comprometer irremediavelmente o ambiente natural.

Entretanto, o procedimento de licenciamento ambiental no Brasil é definido por inúmeras e espaçadas legislações, resoluções, instruções normativas e decretos, ou seja, existe uma vasta e confusa referência jurídica que norteia os pareceres técnicos.

Em face da complexidade e importância do licenciamento ambiental para meio ambiente e para o desenvolvimento do Brasil, acreditamos que o endurecimento das penas acarretará em procedimentos mais seguros.

O Brasil não tolera mais ações e omissões que têm provocado desastres como o de Mariana/MG e outras agressões ao meio ambiente, à saúde pública e a sustentabilidade.

Com a aprovação da presente medida, haverá maior segurança jurídica no combate a atividades lesivas ao meio ambiente, além da garantia da melhor execução, tendo em vista a especificidade do tema.

Certo dos reflexos positivos da proposição, conclamo os ilustres Parlamentares a dispensarem o apoio na aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado CABO SABINO